



ACÓRDÃO Nº 152/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11613/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Maternidade Alvorada
- 4- **Advogado:** Não possui.
- 5- **Exercício:** 2015.
- 6- **Responsável:** Sra. Elcinei de Lima Sampaio, Diretora à época.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4293/2017 – MP/EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls.2144/2146).
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Saúde de Uarini. Exercício 2015.

Irregular. Multa. Autorização. Determinação. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da Proposta de Voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1– Julgar Irregular a Prestação de Contas da Maternidade Alvorada, exercício de 2015, de responsabilidade da **Sra. Elcinei de Lima Sampaio**, Diretora da unidade de saúde, à época;

10.2 – Aplicar multa à **Sra. Elcinei de Lima Sampaio**, Diretora da Maternidade Alvorada, durante o exercício de 2015, no **valor de R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos)**, os quais devem ser recolhidos à Fazenda Estadual – Encargos Gerais do Estado – SEFAZ, **no prazo de 30 dias**, com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, por todas as infrações às normas:

10.2.1- Fracionamento de Despesas nas Seguintes Aquisições e Tomadas de Serviços:

a) Manutenção e Conservação de Bens Imóveis (Soma das múltiplas aquisições R\$ 65.840,00 – Natureza da Despesa – 33903916);

b) Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos (Soma das múltiplas aquisições R\$133.531,00 – Natureza da Despesa – 33903917);



ACÓRDÃO Nº 152/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- c)** Manutenção/Conservação de Bens Móveis de Outras Naturezas (Soma das múltiplas aquisições R\$ 38.876,51 – Natureza da Despesa – 33903920)
- 10.2.2-** Contratação, sem Cobertura Contratual, com Pagamento Indenizatório;
- a)** Ausência de Justificativa acerca da Contratação da empresa K R V PACHECO, sem cobertura contratual, com pagamentos à Título de Indenizações (Natureza de Despesa 33909301), no montante de R\$ 808.253,51;
- b)** Ausência de Justificativa acerca da Contratação da empresa F H ARAÚJO DE OLIVEIRA, sem cobertura contratual, com pagamentos à Título de Indenizações (Natureza de Despesa 33909301), no montante de R\$ 26.600,00;
- c)** Ausência de Justificativa acerca da Contratação da empresa MARCELO MELO DA SILVA, sem cobertura contratual, com pagamentos à Título de Indenizações (Natureza de Despesa 33909301), no montante de R\$ 162.878,52;
- d)** Ausência de Justificativa acerca da Contratação da empresa DOUGLAS RAMOS DE FIGUEIREDO LIMA, sem cobertura contratual, com pagamentos à Título de Indenizações (Natureza de Despesa 33909301), no montante de R\$ 13.347,16;
- e)** Ausência de Justificativa acerca da Contratação da empresa CONSTRUTORA MAPIÁ LTDA., sem cobertura contratual, com pagamentos à Título de Indenizações (Natureza de Despesa 33909301), no montante de R\$ 135.280,00.

10.3 – Autorizar desde já, a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento da condenação, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n.º 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02-TCE/AM;

10.4- Determinar à responsável e/ou à atual gestão da Maternidade Alvorada que:

- a)** Adotem medidas no sentido de realizar adequadamente planejamentos antes da realização das despesas do órgão, observando atentamente às disposições contidas na Lei n.º 8.666/1993 – Lei de Licitação;
- b)** Deem maior atenção à legislação orientadora da elaboração e execução do orçamento público e demais instrumentos de planejamento, sobretudo a Lei n.º 4.320/1964 e a Lei Complementar n.º 101/2000;
- c)** Busquem junto ao chefe do Poder Executivo o aparelhamento da estrutura da Maternidade Alvorada com os instrumentos necessários a boa gestão dos recursos empregados na unidade, principalmente, autonomia orçamentária e financeira, com quadro programático de liberação de recursos no início do exercício, para que seja possível programar as compras e tomadas de serviços mediante prévio procedimento licitatório.

10.5- Notificar as partes sobre o desfecho atribuído aos autos.



ACÓRDÃO Nº 152/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- Ata:** 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 08 de Março de 2018.
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho.
13.1- Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.
14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente em substituição

MARIO JOSE DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral